

## **PRÊMIO PROMOTOR DE JUSTIÇA “FABRICIO RAMOS COUTO” - VERSÃO 2023** **EDITAL DE REGULAMENTO**

A ASSOCIAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ – AMPEP, objetivando incentivar o aprimoramento cultural dos membros do Ministério Público do Estado do Pará, e considerando deliberação da diretoria 2022/2024, que instituiu o **PRÊMIO PROMOTOR DE JUSTIÇA “FABRICIO RAMOS COUTO”**, a ser conferido, anualmente, aos melhores trabalhos forenses, na categoria criminal, apresentados pelos seus associados, RESOLVE:

Art. 1º – Poderão concorrer ao Prêmio Promotor de Justiça “Fabricio Ramos Couto”, todos os associados da AMPEP, exceto os integrantes da Diretoria e seus Assessores, do Conselho Fiscal, o Presidente e o Vice da Assembleia Geral da AMPEP, além dos membros das Comissões Julgadoras e os respectivos cônjuges, companheiros e/ou parentes até o 3º grau das pessoas citadas.

Art. 2º – O **PRÊMIO PROMOTOR DE JUSTIÇA “FABRICIO RAMOS COUTO”** será conferido aos melhores trabalhos forenses apresentados por seus associados, na categoria Criminal.

Art. 3º – Cada interessado poderá inscrever somente 01 (um) trabalho forense, que tenha sido efetivamente apresentado em processo judicial (criminal), no período de **01 de novembro de 2022 a 31 de outubro de 2023**.

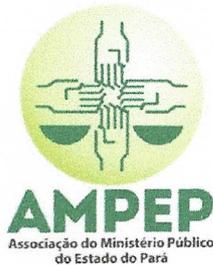
§1º A inscrição deverá ser feita mediante requerimento endereçado à Diretoria da AMPEP, com indicação do nome do candidato, título do trabalho, bem como o número do processo e a comarca, da Vara, Câmara ou outro órgão do Tribunal de Justiça ou de Tribunal Superior, no qual se encontra a peça inscrita.

§2º O requerimento e o trabalho forense devem ser **protocolizados** através do email: [ampep@ampep.org.br](mailto:ampep@ampep.org.br), em 01 (um) arquivo PDF digitalizado, compactado e não superior a 4gb ou enviado a SECRETARIA da AMPEP, armazenado em PEN DRIVE até às **17:00h** do dia **17 de novembro de 2023**, sob pena de indeferimento.

Art. 4º – Encerrado o prazo de inscrição, o Presidente da AMPEP, no prazo de 03 (três) dias úteis, indicará as Comissões Julgadoras, no âmbito criminal, compostas de 03 (três) membros integrantes ou não do Ministério Público, para, no prazo de 12 (doze) dias seguintes, julgar os trabalhos inscritos.

§1º Eventuais impugnações e/ou alegações pertinentes aos membros indicados para a Comissão Julgadora deverão ser protocolizadas perante a Secretaria da AMPEP, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas a contar da publicação do edital contendo os nomes dos membros das Comissões Julgadoras, cujo julgamento será feito pela Diretoria da AMPEP.

§2º A Comissão Julgadora da sua respectiva categoria é a única e final instância



recursal quanto ao mérito dos trabalhos apresentados.

§3º Na avaliação dos trabalhos, as Comissões Julgadoras atribuirão notas no intervalo de 0 a 10 pontos, observando para fins de pontuação os seguintes critérios:

- a) Forma de apresentação – 2,5 pontos;
- b) Correção de linguagem – 2,5 pontos;
- c) Conteúdo jurídico – 5 pontos;

Art. 5º - Ficam instituídos os seguintes prêmios para os trabalhos classificados:

- 1º lugar – R\$ 2.000,00 (dois mil reais);
- 2º lugar – R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais);
- 3º lugar – R\$ 1.000,00 (um mil reais).

**Parágrafo primeiro: O Cooperado da Coimpa fará jus a 20% de acréscimo no valor da premiação.**

Parágrafo segundo – A premiação referenciada neste artigo será devida ao trabalho classificado, independentemente do número de subscritores.

Art. 6º – A Diretoria da AMPEP está autorizada a publicar os trabalhos vencedores, bem como comunicará a concessão do prêmio à Corregedoria-Geral e Procuradoria-Geral de Justiça, com a solicitação de anotação nos assentamentos funcionais dos vencedores.

Art. 7º – Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria da AMPEP.

Belém/PA, 18 de setembro de 2023.

**ALEXANDRE TOURINHO**  
Presidente

**PAULA CAROLINE NUNES MACHADO**  
Diretora Cultural e Publicações